

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO  
LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA EM  
SAÚDE

Leticia das Chagas Farias

ESTADO NOVO E SOCIEDADE:  
Controle social e a propaganda ideológica no cinema

Rio de Janeiro

2012

Leticia das Chagas Farias

ESTADO NOVO E SOCIEDADE:  
Controle social e a propaganda ideológica no cinema

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola Politécnica de Saúde  
Joaquim Venâncio como requisito parcial para  
aprovação no curso técnico de nível médio em  
saúde com habilitação em Vigilância em  
Saúde.

Orientador: José Roberto Franco Reis

Rio de Janeiro

2012

(FICHA CATALOGRÁFICA)

Leticia das Chagas Farias

ESTADO NOVO E SOCIEDADE:  
Controle social e a propaganda ideológica no cinema

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Saúde Joaquim  
Venâncio como requisito parcial para  
aprovação no curso técnico de nível médio em  
saúde com habilitação em Vigilância em  
Saúde.

Aprovado em \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

José Roberto Franco Reis – Laboratório de Formação Geral/Escola Politécnica de saúde Joaquim  
Venâncio/Fiocruz

---

xxxxxxxxxxxx – Laboratório xxxxxxxxxxxx /Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

---

xxxxxxxxxxxx – Laboratório xxxxxxxxxxxx /Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

*Dedico este trabalho*

*aos meus pais, Manoel e Teresa;*

*à minha madrinha Socorro (in memoriam)*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais Manoel e Teresa por todo o carinho, apoio, respeito e compreensão que me foi dado não somente durante a construção desse trabalho, mas durante toda a minha vida. Também devo agradecer a eles o fato de sempre terem colocado a minha educação dentre as prioridades de suas vidas, muito obrigada por isso, se não fossem esses valores eu nunca haveria chegado até aqui. Agradeço a minha irmã Mariana por toda a sua companhia durante todos os momentos da minha vida. A todos os meus parentes muito obrigada por sempre me ajudarem e ajudarem os meus pais para que eu pudesse ter a melhor educação possível e por sempre se orgulharem dos meus feitos.

Devo agradecer a todos os meus amigos e principalmente àqueles que estiveram comigo nos últimos três anos na EPSJV. A vocês politécnicos devo milhares de agradecimentos por terem sido pessoas maravilhosas que inúmeras vezes me ouviram falar sobre a minha linda monografia e sobre todas as coisas da minha vida, e por terem vivido comigo todos os momentos bons e ruins. Muito obrigada por tudo, nunca irei esquecer o que eu vivi nessa escola e muito menos o que vocês fizeram por mim, principalmente quando enxugaram todas as milhares de lágrimas que eu derramei durante todo esse tempo.

Por último agradeço a todos os educadores que passaram por a minha vida, desde a professora que me ensinou a escrever meu nome, aos meus professores do ensino médio. Aos professores da EPSJV muito obrigada por tudo, muitas das coisas que aprendi com vocês vão muito além daquilo que se pode aprender na sala de aula. São ensinamentos e vivências que ajudaram na construção do meu pensamento e que levarei para a minha vida inteira. Agradeço especialmente ao meu orientador José Roberto, que por três anos foi meu professor de história e que me orientou e me ajudou neste trabalho.

*O cinema é um modo divino de contar a vida*

(Frederico Fellini)

## RESUMO

O Estado Novo foi um golpe realizado em 1937, no qual se instaurou uma ditadura mantendo o então presidente da república desde 1930, Getúlio Vargas, no poder. A ideologia assumida por Vargas foi a de que para a consolidação nacional e política era preciso usar do autoritarismo e do controle social na tentativa de que o Estado e a nação tivessem a mesma ideologia, o mesmo propósito. No Estado Novo a ideologia proposta tinha grande inspiração no governo fascista de Benito Mussolini na Itália. A partir dessa característica o a ditadura tentava ser a representação da harmonia social que seria obtida através da unificação da sociedade aparentemente trazida pelo regime. Para obter o controle social desejado, o governo utilizava a propaganda ideológica nos meios de comunicação como forma de difundir sua ideologia para a população. Dentro dessa perspectiva a mídia cinematográfica que tinha grande alcance populacional foi utilizada como um meio de propagação ideológica do Estado Novo, através de filmes produzidos pelo próprio aparelho estatal.

**Palavras chaves:** Estado Novo; propaganda; cinema; controle social; ideologia *estadonovista*

**LISTA DE SIGLAS**

DCT – Divisão de Cinema e Teatro

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DEIP – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

DNP – Departamento Nacional de Propaganda

DPDC – Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural

INCE – Instituto Nacional de Cinema Educativo

LUCE – Instituto Internacional de Cinematografia Italiano

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	10
1.1. OBJETIVOS	11
1.1.1. Geral	11
1.1.2. Específicos	11
1.2. JUSTIFICATIVA	11
1.3. METODOLOGIA	12
<b>2. O ESTADO BRASILEIRO DE 1930 A 1945: a Revolução de 1930 e a instauração do Estado Novo em 1937</b>	13
2.1 A REVOLUÇÃO DE 1930: o início da transformação política, ideológica e social do Estado brasileiro	13
2.2 O ESTADO NOVO: a instauração do regime em 1937 e a consolidação das transformações do início da década	17
<b>3. O DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA NO ESTADO NOVO: a atuação e importância do DIP na difusão da ideologia <i>estadonovista</i> e no controle social</b>	22
<b>4. CINEMA E ESTADO NOVO: o uso da mídia cinematográfica pelo Estado como um meio de difundir sua ideologia</b>	28
4.1 ESTADO E CINEMA NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930: a relação entre Estado e cinema anteriormente ao Estado Novo	28
4.1.1 A criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo	30
4.2 O CINEMA DURANTE O ESTADO NOVO: uma forma de comunicação com as massas, a atuação do Instituto Nacional de Cinema Educativo e do Departamento de Imprensa e Propaganda	31
4.2.1 A atuação do Instituto Nacional de Cinema Educativo no regime <i>estadonovista</i>	32
4.2.2 O Departamento de Imprensa e Propaganda na produção cinematográfica: a produção e veiculação do Cinejornal Brasileiro	33
<b>5. CONCLUSÃO</b>	35
<b>REFERÊNCIAS</b>	

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso empenha-se em estudar como se estruturou e se articulou a difusão da ideologia do Estado Novo através da propaganda ideológica na mídia cinematográfica.

O Estado Novo foi instaurado em 1937, através da justificativa da proteção do país à ameaça comunista que rondava a nação. Mas a implantação do governo teve principal apoio nas propostas de modernização e crescimento do país. Getúlio Vargas presidente do Brasil desde a Revolução de 1930 permaneceu no poder, e passou a governar em uma ditadura, com o poder centralizado em suas mãos.

Ainda no início da década o Estado começou a iniciar sua industrialização e a modernização da sociedade e nação como um todo. Também foi nesse período que as políticas centralizadoras começaram a ser implementadas - estas viriam a ser intensificadas posteriormente no Estado Novo-. O controle da comunicação social começou a ser realizado com maior intervenção do Governo Federal, com isso foram criados órgãos estatais de comunicação e imprensa, que posteriormente viriam dar origem ao Departamento de Imprensa e Propaganda.

O Estado Novo além de centralizador tinha caráter autoritário. Sua base ideológica baseava-se no nacionalismo. Ele era representado pela imagem do presidente, e do novo modelo de trabalhador que o projeto político ideológico do mesmo havia idealizado.

Durante o Estado Novo o Brasil sofreu diversas transformações políticas, econômicas e sociais. O Estado centralizador passou a intervir nas diferentes diretrizes da nação, como na economia que se modernizou e se industrializou, e principalmente na vida da população. A intervenção social foi realizada através do diálogo e do estreitamento da relação entre Estado e sociedade nas diferentes classes sociais.

A intervenção social conseqüentemente culminou no controle social, que foi realizado através de políticas e estratégias populistas e da propaganda. A propaganda foi um instrumento muito eficiente na difusão da ideologia *estadonovista*. Esta se intensificou com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – em 1939.

O DIP foi o principal instrumento de divulgação da ideologia do Estado Novo. Através de suas divisões internas, do controle e censura da comunicação social, o órgão pode cumprir o seu objetivo e até mesmo ir além dele, sendo então considerado um “super-ministério”. Dentro das divisões do departamento havia o Departamento de Cinema e Teatro – DCT –, que foi o responsável pela regulamentação cinematográfica do regime, e pela

produção de grande parte dos filmes do governo no período. No seu âmbito de atuação estava a produção e a veiculação do Cinejornal Brasileiro. O cinejornal produzido pelo aparelho estatal tinha em seu conteúdo a propaganda do regime, realizando então a difusão ideológica idealizada por este.

Dentro do contexto cinematográfico o Instituto Nacional de Cinema Educativo – INCE – também realizava a difusão ideológica. Diferentemente do DIP que exercia esse papel através de um cinejornal, o INCE propagava a ideologia através de filmes com caráter educativos e sua atuação não se resumia somente em escolas. Os filmes do instituto eram exibidos em centros culturais e em sindicatos, fazendo com que eles tivessem uma maior eficácia quanto ao seu objetivo.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Geral

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é analisar o uso da propaganda ideológica no cinema como forma de controle social durante a ditadura do Estado Novo.

### 1.1.2 Específicos

- Contextualizar a criação e a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda(DIP)
- Abordar a criação do Instituto Nacional de Cinema e Educação (INCE) em 1936
- Analisar a mensagem ideológica dos filmes produzidos Cine Jornal Brasileiro produzido pelo DIP
- Expor o cinema como um meio de comunicação que difundia a ideologia estadonovista da unidade territorial e a identidade nacional.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema e dos seus objetivos justifica-se através da importância que o período histórico do governo ditatorial do Estado Novo representa para os diversos aspectos da formação do nosso país, e o interesse de estudo existente sobre este. Um aspecto que marcou a relação social entre Estado e sociedade foi controle social por parte do governo, isto sendo executada a propaganda ideológica, sendo um importante meio para o alcance desse.

Entretanto, existem muitos meios e instrumentos de difusão ideológica a serem estudados mais profundamente. Por serem assuntos muito amplos e de grande material

bibliográfico, não haveria condições da formação de um objetivo geral que abrangesse todos eles nesse trabalho de conclusão de curso.

A partir disso houve um direcionamento para o estudo da propaganda ideológica no cinema durante o Estado Novo. Esse direcionamento justifica-se através da importância e do alcance que o cinema tinha no período, além do fato de ter sido usado como instrumento de comunicação de persuasão social. Este tinha um grande alcance populacional, que foi obtido através da criação de programas nacionais para a difusão da ideologia do Estado.

### 1.3 METODOLOGIA

A realização deste trabalho de conclusão de curso baseia-se na pesquisa e na revisão bibliográfica e estudos que se debruçaram sobre o período histórico e sobre os temas relacionados a esse projeto.

## 2. O ESTADO BRASILEIRO DE 1930 A 1945: a Revolução de 1930 e a instauração do Estado Novo em 1937

2.1 A REVOLUÇÃO DE 1930: o início da transformação política, ideológica e social do Estado brasileiro

O Estado Novo foi um regime ditatorial autoritário que teve início em 1937, e durou até 1945. O governo caracterizou-se pelo populismo e pela eficiência que o Executivo obteve através de seu governo centralizador. Durante todo o período o país foi governado por Getúlio Vargas, presidente que já estava no poder desde a Revolução de 1930, e que imprimiu sua essência própria ao regime. Foram nesses anos que o Estado foi totalmente reformulado, além da centralização do poder, e da política populista, também houve o início da industrialização brasileira, a criação de leis trabalhistas, e a criação de ministérios como o *Ministério da Saúde e da Educação* e o do *Trabalho, Indústria e Comércio*.

A Revolução de 30 ocorreu em uma sociedade pautada pelo coronelismo e pela política oligárquica que governava o país durante anos. O movimento trouxe um realinhamento de forças e rearticulação do poder político no Brasil, trazendo modificações nas diversas classes sociais e visando transformações no conjunto da vida social. Iniciou-se na época a construção do aparelho burocrático estatal que pudesse organizar o Estado de forma moderna e racionalizadora.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder foi inaugurado um novo modo de relação entre Estado e sociedade, pautando o Estado como um bem feitor na vida da população. Essa relação diferenciava-se daquela vivida na Primeira República, onde o governo através de práticas liberais privilegiava os interesses da burguesia cafeeira. Para que esse modelo de relação fosse eficaz foi idealizado um aparelho estatal interventor não só na vida social da população, mas que intervisse na economia e na política do país com o intuito de promover a justiça social, a harmonia entre as classes, o desenvolvimento da produção e tudo o que dissesse respeito ao bem-estar da sociedade. Como prova disso, no mesmo ano em que assumiu o poder, Vargas criou os ministérios do *Trabalho, Indústria e Comércio* e o da *Educação e Saúde*.

A nova força política que se instaurava no poder idealizava a construção de um Estado moderno e nacionalista, que viria a ser concretizado com o Estado Novo. Essa idealização era fruto do modelo estrangeiro em que o país era governado, e da desvalorização que a cultura nacional sofria desde o início do século. Em relação à cultura brasileira, o

movimento Modernista que teve início nos anos 20 e que se fortaleceu com a semana de arte de 1922, viria a ter diversos artistas apoiando e ajudando na consolidação do novo modelo de governo, já que o movimento tinha o caráter nacionalista assim como o futuro regime.

Em 1932 Getúlio Vargas sofreu retaliações vindas do estado de São Paulo, que não concordava com a política corporativista que estava aflorando-se no novo governo. A situação veio acontecer porque houve a substituição dos governadores por interventores ligados ao governo federal, em uma tentativa de centralizar cada vez mais o poder do governo federal. Consequentemente, a oligarquia paulista perdeu força e representação no governo central, e esta mesma pretendia confrontar o governo provisório com o objetivo de retomar o poder, finalidade que não foi obtida <sup>1</sup>.

Ainda no ano de 1932 o presidente provisório promulgou o Código Eleitoral, que estabeleceu a obrigatoriedade do voto que passava a ser secreto, e o direito do voto feminino. Foi nesse mesmo ano que foi aprovado o decreto de lei 21.240/32 que foi uma medida com o intuito de atender as reivindicações que eram feitas pela classe cinematográfica.

Em 14 de Julho de 1934 foi promulgada a nova Constituição brasileira, que contava com inúmeras inovações em comparação à anterior, refletindo as transformações ocorridas no meio político e social do país. A Carta continha uma maior preocupação com as causas sociais, e principalmente com a regulamentação dos direitos trabalhistas. Foi assegurada a liberdade sindical e a proibição de diferenciação de salários por motivos de sexo, idade e nacionalidade. Ressaltando que, “a educação foi finalmente democratizada, pelo menos em teoria, com o estabelecimento da obrigatoriedade do ensino primário, que seria gratuito”, (AGGIO;BARBOSA;COELHO,2002,p.29). Essa nova legislação trabalhista refletiu reivindicações de desde o início do século, e consolidou conquistas anteriores, conseguindo melhorar a vida do trabalhador.

Ao longo dos sete primeiros anos de governo, Vargas começava a traçar características políticas que viriam a ser fundamentais na sustentação do governo posterior. Como já foi citado, com a Revolução de 30 o Estado passou a ser submetido a um poder centralizador mais ativo, através de diversas práticas, como a do intervencionismo nas províncias e a criação de novos ministérios. Esse processo teve início ainda na década de 1920 com o início da crise das oligarquias. Outro exemplo de centralização do poder foi o

---

<sup>1</sup> Segundo Aggio, Barbosa e Coelho (2002, p.28) “se no enfrentamento pelas armas, São Paulo saiu derrotado, no plano político seu triunfo não poderia deixar de ser visível. Já que em 1933, o governo provisório nomeou como interventor civil Armando Salles de Oliveira. Escolha que agradou seus antigos aliados político da Aliança Liberal”.

controle monetário que passaria a ser exercido pelo Governo Federal, os estados só poderiam obter empréstimos com a autorização da hierarquia superior do executivo.

O Estado que ascendeu nesse período também buscou completar – ou iniciar o ciclo de industrialização no país <sup>2</sup>. Esta foi definida como uma alternativa para o crescimento econômico, o que trouxe mudanças significativas na aplicação de recursos em diversos setores. Um dos fatores que permitiu a intervenção do aparelho estatal nesse setor da economia foi o fato da burguesia não ter condições de acelerar a modernização nacional, fazendo com que este fosse responsável pela implantação do capitalismo industrial no Brasil.

A década de 1930 no mundo foi marcada pela grande depressão financeira, e pela ascensão dos governos totalitários na Europa, o que ocasionou o início da Segunda Guerra Mundial. Os governos totalitários, mais especificamente o nazi-facismo, emergiram a partir da ineficiência do Estado liberal- democrático de controlar a crise financeira e da fragilidade em que se encontrava a sociedade no momento. Esses governos foram vistos como uma esperança de melhora pela população, e os discursos persuasivos proferidos pelos líderes totalitários, ajudaram a subordinar a sociedade ao Estado.

Na mesma década o comunismo se expandiu pelo mundo, após a consolidação do governo de Stalin na União Soviética. Foram criados partidos comunistas em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, onde o Partido Comunista Brasileiro (PCB) viria a ser um forte oponente do governo de Getúlio Vargas.

No Brasil, o contexto mundial passou a refletir no âmbito político nacional. As instituições democráticas estavam visivelmente fragilizadas, e cada vez mais o Estado passava a ter um caráter centralizador mais expressivo, e consequentemente tendo mais controle em diversos aspectos da sociedade. O controle social que viria a ser utilizado com mais ênfase no Estado Novo, já havia sido aplicado nas novas maneiras de governo que ascendiam internacionalmente.

A partir de 1935, o Estado passou a agir de forma mais acentuada contra a “ameaça” do comunismo. Nesse ano, foi promulgada a *Lei da Segurança Nacional*, que considerava criminosa toda organização de classe que se opusesse à outra. Essa característica autoritária, já vinha sendo embasada com a *Constituição de 1934*, onde ficou nítida a simpatia de Vargas pela forma de organização de modelos de governo como o fascista, implantado na Itália, por

---

<sup>2</sup> Em relação à industrialização, pode-se afirmar que ela se iniciou nesse período, pois anteriormente a estrutura industrial do país era constituída basicamente de manufaturas modernizadas, o que ocasionava o grande número de importações. Dessa forma só era fabricado no Brasil, alguns bens de serviço, ou eram realizados acabamentos em produtos importados.

Benito Mussolini. Ainda nesse período, o PCB que tinha ideias advindas da Revolução Russa, passou a ser organizado contra o governo provisório.

A manifestação dos ideais comunistas foi o motivo que o governo esperava para justificar supressão dos direitos e iniciar um processo de rígida repressão contra os inimigos do governo. A partir desse momento até Junho de 1937, foi decretado *estado de sítio*, e em 1936 foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. Apesar de todas as atitudes repressivas do Estado, uma parte das forças políticas do país ainda acreditava em uma sociedade democrática. Exemplo disso foi a definição das candidaturas à Presidência da República no início de 1937, com votação para Janeiro do ano posterior.

Getúlio Vargas mostrava-se aparentemente a favor das eleições, porém seu intuito era outro, e ele só almejava ganhar tempo para colocar em prática algo que se planejava á tempo. A ideia que havia sendo construída junto com a elite militar e intelectual do país era consolidar o projeto de centralização iniciado com a Revolução de 1930. Para isso precisava-se instaurar um Estado autoritário, com características corporativas. Vargas enxergava que a chance que ele precisava para obter seus objetivos políticos era no momento em que se organizava a nova eleição, pois à direita e a esquerda encontravam-se enfraquecidas , de forma que propiciasse a ação do governante. Ainda em 1937, de forma a justificar o futuro golpe, o governo implantou nos jornais um documento que seria um plano dos comunistas para obter o poder. Posteriormente ficou esclarecido que isto não passava de uma farsa. Com essa situação foi dado o direito de suspensão dos direitos constitucionais, consolidando as intenções de Vargas.

Sob a alegação de que o Brasil encontrava-se ameaçado pelo comunismo, com o apoio da maioria dos governadores e da cúpula militar, o golpe que estava marcado para 15 de Novembro de 1937, foi adiantado para o dia 10 daquele mês, assim iniciando a ditadura do Estado Novo. Getúlio Vargas assumia a condição de chefe ditatorial da nação, sem nenhuma oposição popular ou política, em um *golpe silencioso*. Iniciava-se um período que intercalou luzes e trevas, repressão e ‘reinvenção’ política, constrangimento e transformação da sociedade, (AGGIO;BARBOSA,COELHO,2002).

## 2.2 O ESTADO NOVO: a instauração do regime em 1937 e a consolidação das transformações do início da década

O novo governo que se iniciava com o golpe foi algo “revolucionário”, de extrema importância para a construção do país e que mudaria as estruturas vigentes até então. O Estado Novo fez do Estado à unidade suprema da nação de forma que esse fosse o responsável pela construção da grandeza da nação e do reencontro entre o mesmo e a sociedade. O período foi marcado pela industrialização, nacionalismo, trabalhismo, populismo e autoritarismo. Foram nos oito anos da ditadura de Getúlio Vargas, que o país se modernizou nas esferas industriais e sociais. A modernização ocorreu com o planejamento de governo de industrialização, e com a incorporação da propaganda e da educação como meios de conduzirem o cidadão a uma nova realidade política, social e econômica.

A manutenção do poder que se instaurava no poder em 1937 até o seu final em 1945, viria a ser de maneira autoritária e populista, de forma que governo tentaria atingir a agradar a todas as camadas da sociedade.

A ideologia dominante no Estado Novo representava os interesses do capital, tanto o industrial como o agrário, incorporando interesses de setores das classes média e operária. O novo regime buscava reorganizar a sociedade, visando o controle da crise econômica e a neutralização das novas forças sociais que emergiam na arena política, de modo a possibilitar o processo de expansão das forças produtivas. Nas condições de nação dependente, porém. (GOULART, 1990,p.17)

Ideologicamente, o aparelho estatal tinha uma postura antiliberal, centralizadora e nacionalista, tendo a sua constituição respaldada nesses aspectos. Isto aproximava o regime aos governos totalitários europeus, de forma que a ditadura brasileira foi um movimento autoritário, pois apesar de todos os mecanismos utilizados, o Estado não era totalmente soberano dentre as forças políticas e sociais do país. O autoritarismo do regime brasileiro tinha características e embasamentos nacionais, sendo a vertente que possibilitou a instauração das ideologias do novo governo, e o controle da sociedade no período.

A constituição *estadonovista* era respaldada em princípios centralizadores, hierarquizantes e extremamente nacionalistas. O nacionalismo teve o papel de sustentar o autoritarismo, pois esse legitimava o Estado como o soberano da nação, caracterizando-o como algo coletivo e histórico, um conjunto de valores morais. O mesmo constituía um todo orgânico, cujos objetivos se realizavam por meio do governo central, este o mantedor desta sociedade una. A ideia de nacionalismo passou a ser massificada pelo governo desde a

Revolução de 30, o que foi ainda mais intensificado no Estado Novo. Essa ideia foi bem aceita e alimentada pela população

Logo no início do Estado Novo houve uma representação do que viria ser a implantação do sentimento nacionalista e até mesmo ufanista no país, através da cerimônia de cremação das bandeiras nacionais. A cerimônia de cremação das bandeiras nacionais representava a unidade nacional idealizada pelo governo. Na ocasião, todas as bandeiras estaduais foram cremadas, e a única bandeira a ser hasteada foi a bandeira do Brasil no mastro central, e em todos os demais que representavam os estados brasileiros. Este ato foi proveniente da nova constituição de 1937, onde a única bandeira que deveria simbolizar todo o território nacional seria a bandeira do Brasil.

Apesar de seu caráter autoritário, o novo regime idealizou uma nova forma de democracia, diferente da anterior. A democracia não se caracterizaria como a liberdade do indivíduo como cidadão e os seus direitos de escolha dentro de um Estado democrático, a democracia foi idealizada como *justiça social* (AGGIO;BARBOSA;COELHO,2002) . Sendo destacado que “com efeito, o Estado brasileiro, embora autoritário, pretendia-se *democrático*, pois sua intervenção na sociedade era presumidamente revestida da preocupação em resolver a questão social”. (AGGIO;BARBOSA;COELHO, 2002,p.36)

Uma característica autoritária do governo foi a extinção de todos os partidos políticos, pois estes eram vistos como “mediadores” entre o Estado e a sociedade. Sobre o pretexto de que a relação governo e população era algo direto, sendo assim, a existência destes não seria necessária na vida pública da nação.

Sendo a unidade suprema da nação, o Estado passou a atuar mais ativamente na vida da população, exercendo seu controle social sobre ela. Essa prática debruçou-se a partir da intensiva centralização do poder, do autoritarismo, das práticas político-sociais e da propaganda realizada pelo governo.

Perante a sociedade a imagem do presidente ajudou a consolidar e a fortalecer a ideologia do regime e as diretrizes que o país viria seguir. Getúlio Vargas através de sua personalidade forte e marcante imprimiu sua marca no governo. A presença marcante do governante o qualificou como o “todo poderoso”, aquele que poderia fazer a nação ascender ao seu ápice de desenvolvimento e de harmonia econômica, política e social. O mesmo também era visto como um pilar da sociedade, o responsável por representá-la e por exprimir suas reivindicações. A importância e o poder de Vargas viriam a aumentar conforme a ampliação do aparelho estatal, e da centralização do poder.

Existente desde 1930, o aparato burocrático estatal de grande envergadura, e o intervencionismo econômico, foram ampliados e diversificados com a instauração da ditadura. A centralização não representava somente a quase totalidade de poder do presidente, mas também como a unidade federal viria a ter influência na organização dos estados, na vida social da população, na mídia, na economia e em diversas outras diretrizes nacionais.

O processo de centralização autoritária e a redefinição dos canais de acesso e influência para expressão dos interesses econômicos regionais junto ao poder central, ancoraram-se na constituição de um aparato burocrático, que contribuiu de modo particular com o sistema vigente. (...) a constante ampliação do número de postos e cargos foi instrumento de cooptação de intelectuais que passaram a assumir tarefas políticas e ideológicas no âmbito do Estado. (GOULART, 1990, p.30)

Dentro da política centralizadora foram criados diversos mecanismos que puderam sustentar não somente essa característica governamental, mas também o regime como um todo. A criação de diversos órgãos governamentais que interverteriam no diálogo com a população, assim como o fortalecimento daqueles já existentes – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio –, são exemplos de como foi organizada a centralização nesse período.

Foi no contexto centralizador e autoritário que foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP - em 1939, com o intuito de centralizar e coordenar a comunicação social no país. Isso ocorreu, pois havia uma imposição ideológica do regime perante a população, que necessitava cooptar as diferentes classes da sociedade. Dessa forma era necessária a ação de um órgão estatal para tal façanha.

Desde a sua criação o DIP passou a atuar em todos os meios de comunicação, de maneira controladora, através de diversos mecanismos, inclusive com a censura. Além disso, ele tinha o papel de difundir a ideologia *estadonovista* nesses aparelhos. Segundo Goulart (1990, p.20) “Os meios de comunicação atuavam no sentido de corroborar a ordem vigente. Pela reiteração de normas confirmavam padrões sociais e políticos desejáveis pelo sistema para obter o consenso numa sociedade que se queria politicamente desmobilizada”.

Cabe ressaltar que, “O regime de Vargas definiu e constituiu o domínio da cultura como um ‘negócio oficial’, implicando um orçamento próprio, a criação de uma ‘intelligentzia’ e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico”, (MICELE apud GOULART, 1990, p.31).

A intervenção do Estado também pode ser contata na conjuntura econômica da época. Em 1939 com o fim do surto inicial iniciado em 1933, o governo criou e implementou

políticas econômicas de sustentação do desenvolvimento industrial. A partir disso, é possível perceber que o início da industrialização no Brasil foi pautada sobre a intervenção estatal. No aspecto econômico o governo não seguia uma trajetória unilateral, ele oscilava entre o conservadorismo e entre a inovação. Vale destacar, que a industrialização era uma reivindicação das forças armadas desde a década de 20, esta ocorrendo no Estado Novo, contribuiu para o apoio dessa classe ao regime.

A industrialização foi definida como uma alternativa para o crescimento econômico, o que trouxe mudanças significativas na aplicação de recursos em diversos setores. O advento da 2ª Guerra Mundial também ajudou a acelerar o processo de industrialização do país <sup>3</sup>.

Para o Estado da década de 30, o corporativismo foi um dos meios encontrados para manter o poder do Estado, e integrar os setores sociais a ele. A constituição de 1937 espelhou-se do modelo europeu em relação ao corporativismo. Foi idealizada uma economia produtiva, organizada em corporações organizadas pelo Estado e sob sua proteção, mas isso nunca chegou a se realizar totalmente. O corporativismo foi um meio de expansão do Estado através de uma unidade central. A prática do corporativismo representou a absorção do Estado das organizações de classe pertencentes à sociedade civil - sindicatos e partidos -. (GOULART,1990)

Outra prática do governo foi o trabalhismo, que foi o estreitamento entre a relação do Estado e dos trabalhadores, através de leis e de resoluções que beneficiassem essa classe social. A política trabalhista consistia no diálogo e o governo e classe, isto seria realizado através do corporativismo atrelado ao Estado, mas em prática tal corporativismo nunca fora realizado da forma idealizada.

Foi nesse período que as leis principais leis trabalhistas foram outorgadas, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, esta que permanece até os dias de hoje, com poucas alterações. Também foi determinado em 1940 o salário mínimo do trabalhador. Apesar disso não se pode afirmar que apesar da boa receptividade dos trabalhadores as leis trabalhistas havia um total controle do Estado sobre essa camada da sociedade. A relação entre esses dois pilares do país era pautada principalmente no fato de que um poderia ser beneficiado a partir do outro, sem que houvesse submissão de ambas as partes.

Durante o Estado Novo o governo não só dialogou e estreitou seu relacionamento com a classe trabalhadora. Ele também teve a mesma atitude com as outras camadas da sociedade. Isto fazia parte da ampliação do aparelho estatal e da intervenção sobre a sociedade

---

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que a burguesia industrial não tinha interesse em dividir o círculo de poder da industrialização, não querendo dividir a prática com outros setores da sociedade, e até mesmo com o Estado.

civil. Esse diálogo entre classes era possível através do populismo, prática marcante dos oito anos de governo ditatorial de Getúlio Vargas. A prática populista almejava conseguir o apoio de todas as camadas da sociedade, e assim legitimar o regime. Desta forma o Estado passou a tentar beneficiar todas as classes sociais para que assim pudesse exercer o seu controle sobre elas. Apesar da grande aceitação e simpatia da sociedade ao regime, o governo não era algo absoluto perante esta.

As diferentes classes sociais viam o regime de maneira própria. As classes populares eram simpatizantes ao regime, sendo isto algo proveniente das políticas advindas diretamente para esta população. As lideranças industriais identificavam-se com a ideologia autoritária, e simpatizavam com o ideal modernizador do governo. A classe média era dividida entre a classe mais alta e mais baixa desta. A camada mais alta da classe média foi crítica ao governo, e acreditava que a participação política não deveria ser difundida entre as partes menos escolarizadas da sociedade. Já a classe média baixa via o Estado como algo que poderia prover o bem-estar da nação, o crescimento e o desenvolvimento que esta necessitava.

Diante de todos esses aspectos, a manipulação e controle social foi uma forma encontrada pelo aparelho estatal para legitimar o regime. Isso foi realizado através da difusão da ideologia *estadonovista* nas mídias e até mesmo através do próprio governo. A imagem que o Estado fazia dele mesmo, a de um poder neutro, benfeitor, que tentava atender a sociedade como um todo, também fazia parte desta prática.

### **3. O DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA NO ESTADO NOVO: a atuação e importância do DIP na difusão da ideologia *estadonovista* e no controle social**

O controle social é algo característico dos governos autoritários. Como já foi citado uma das formas de obtê-lo foi através da política populista, e do entrelaçamento de relações entre o governo e os diferentes setores da sociedade. Cabe ressaltar que durante o Estado Novo o controle social também foi realizado através do uso da mídia como difusor da ideologia do Estado, e da imagem que o mesmo pretendia passar de seu governo para a população.

Os meios de comunicação ampliam a eficácia da ideologia dominante enquanto cimento da estrutura social e instrumento da direção política, sem que haja necessidade de monopólio ou amordaçamento da oposição. (...) a mídia atua em grande parte no sentido de influenciar direta ou indiretamente o público para a manutenção, aprovação e reiteração da estrutura sócio-econômica vigente (GOULART, 1990,p. 11).

A partir da ampliação da intervenção do Estado nas esferas cultural e ideológica, o aparelho estatal pode institucionalizar sua participação na vida cultural, social e política da população. Dentro desse contexto foi criado em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – com o intuito de centralizar e organizar a propaganda e a mídia no país. Como já havia sido dito, o departamento é fruto da política de centralização do governo durante o Estado Novo. Coube ao DIP difundir o projeto político-ideológico pretendido, de forma que este fosse dominante no âmbito social. A organização da forma de ação deste foi algo diferencial para a difusão da ideologia *estadonovista*. O órgão atuou no sentido de popularizar o regime para diversas camadas da sociedade, mostrando sempre as principais vertentes ideológicas defendidas pelo Estado.

O DIP foi fruto de antecedentes estatais que atuavam na mesma área e com o mesmo propósito que ele. Os órgãos anteriores a ele começaram a ser estruturados após a Revolução de 30, em 1931 com a criação do Departamento Oficial de Publicidade. Em 1934 foi criado o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). No início do Estado Novo, o DPDC transformou-se no Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que posteriormente viria a ser o DIP.

O principal objetivo na criação do departamento foi a difusão da ideologia do Estado Novo junto às camadas populares. Mas a sua atuação não se resumiu apenas a essa definição,

pois este atuou em todas as classes sociais. Além do mais este coordenava todo o tipo de mídia e de manifestação cultural no país. Posteriormente viria a ser o responsável pela censura no país. Era também de responsabilidade do órgão a organização das festividades do governo e da realização dos discursos do presidente e dos principais membros do governo. Segundo Goulart (1990, p.24), “o DIP exerceu influência marcante na normalização, regulamentação e direcionamento dos meios de comunicação de massa, dentre eles a imprensa, o rádio, o cinema e o teatro”.

A forma como a comunicação social passou a ser realizada no Brasil no Estado Novo, não se relaciona apenas com o intuito da ideologia do regime em questão. O DIP serviu como um produtor de arte e cultura do país independentemente de ser algo estatal.

Diante da sua importância e de todas as atribuições que lhe foram dadas, o departamento passou a ser tido como um “super-ministério”. Ele passou a ser um pilar de sustentação da política populista e da imagem do presidente. Foi um dos responsáveis pela manipulação da população, mesmo que isto não tenha sido algo absoluto, e conseqüentemente da aceitação e do mantimento do regime. Dentro daquilo que lhe foi proposto o órgão conseguiu ser eficiente e eficaz na sua atuação.

O DIP era dividido em seis áreas de atuações, Divulgação, Rádio-difusão, Cinema e Teatro, Turismo, Imprensa e Serviços Auxiliares. Ressaltando que na a imprensa e o rádio foram os meios mais utilizados, com ênfase no rádio, já que este chegava a diversas áreas do país, e não necessitava de uma maioria intelectual para entender a mensagem veiculada por ele. Diante da importância do rádio na comunicação entre o governo e a população, em 1939 o DIP passou a realizar a “Hora do Brasil”<sup>4</sup>, que era um programa de rádio que em sua programação continha notícias políticas, sociais e cotidianas do país, e que fazia parte da intervenção do Estado na vida social da nação.

Como uma característica de governos autoritários e totalitários, a censura foi institucionalizada no país durante o Estado Novo, e ficou a cargo do DIP censurar os meios de comunicação e todas as formas de manifestação que não estivessem de acordo com aquilo que o Estado tinha como benéfico ou que não nocivo para si mesmo. Isso foi uma forma para que o aparelho estatal alcançasse seus fins sem que sua atuação fosse criticada perante a população.

“A censura além de política, era ética. Este segundo aspecto, previsto pela Constituição de 1937, visava preservar a moral e os bons costumes de acordo com a ótica

---

<sup>4</sup> A “Hora do Brasil” posteriormente mudou de nome tornando-se a “Voz do Brasil”, e permanece até os dias de hoje na programação do rádio em todo o país.

cristã”, (GOULART, 1990, p.22). A censura não só reprimia aquilo que era contrário a ideologia proposta, como também tentava imprimir ao cidadão um novo modelo de vida, que estivesse de acordo com o regime. Vale ressaltar que a igreja católica tinha extrema importância na vida da população na época, esta também foi uma porta voz da ideologia do Estado.

Como forma de atuar mais precisamente na vida da população de cada localidade, foram criados pelo órgão central, os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda – DEIP’s –, estes ficaram responsáveis pelo controle das mídias de cada estado brasileiro, interagindo e ajudando o DIP em suas atividades e propostas. Este mecanismo local foi muito importante da questão da censura, já que eram os DEIP’s que censuravam os jornais, e qualquer forma de mídia de seu próprio estado.

Existia por parte do governo a intenção da criação de uma nova sociedade, uma sociedade mais intelectual que fosse mais ativa nos acontecimentos do país e que se importasse mais pelos assuntos relacionados à nação, como a política, a economia e as causas sociais. Nesse âmbito os meios de comunicação tiveram o papel de preconizar e ensinar à população aquilo que era pretendido, tendo uma atuação quase que pedagógica.

O governo queria que a sociedade fizesse parte de uma nação nacionalista <sup>5</sup>, que tivesse orgulho de nascer e viver em seu país e que ajudasse no crescimento e na consolidação do Brasil. O nacionalismo idealizado por Vargas começou a ser moldado após a Revolução de 30, se intensificou no Estado Novo, e foi exaustivamente veiculado nas propagandas e nas formas de comunicação do DIP. As manifestações culturais do departamento tinham o tema – filmes, exposições, jornais, revistas e etc – do departamento tinham o Brasil como tema principal. O enaltecimento da nação também era presente nos discursos que o DIP fazia e que eram pronunciados para a população pelo presidente e pelos membros do governo. Essa ideia foi bem aceita e alimentada pela população

Os discursos oficiais também enalteciam a imagem do presidente Getúlio Vargas, como pode ser notado em um discurso realizado por Marcondes Filho, então ministro do Trabalho, durante a comemoração do Dia do Trabalhador – 1º de Maio –

Enquanto para outros povos, a data de hoje recorda o término de lutas por um direito extraído das relutâncias do Estado, no Brasil, ele (o primeiro de maio) **comemora uma legislação social livremente outorgada pela clarividência de um gênio político**. Não recordamos os nossos mártires, consagramos um apóstolo. Por isso aqui estamos, os trabalhadores do Brasil, para fazer do nosso trabalho consagração

---

<sup>5</sup> Deve-se observar que este sentimento nacionalista a ser propagandeado seria algo com um caráter ufanista.

de V. Excia., **porque, no Brasil, Primeiro de Maio é um dia do povo, por ser eminentemente um dia presidencial.** (PARANHOS apud REIS, 2002, p.36, grifo nosso ).

A construção da imagem de Vargas, ou até mesmo a mitificação do presidente começou a ser realizada durante o Estado Novo, e teve forte intensificação a partir de 1940. Fez-se da mídia uma difusora da pessoa que ele deveria ser para a nação, o “todo poderoso”, aquele que poderia reger a nação da melhor forma possível. O governante era visto como o “pai dos pobres”, ou até mesmo como a “mãe dos ricos”<sup>6</sup>. Getúlio seria um ser “predestinado”, uma pessoa que dominava não só seu destino, mas o de toda a nação, o grande responsável por todo o avanço político e socioeconômico do país. Era essa a principal imagem a ser divulgada pela mídia do presidente.

Mas além da construção da imagem do ser “divino” e “excepcional” que era Getúlio Vargas existia a imagem do “Gegê”, a do presidente malandro e com jogo de cintura.

Além disso, ao lado de todo esse imaginário magnífico, disseminava-se outro, mais acessível ao gosto popular, que transformava Getúlio em “Gegê”. Era o “presidente sorridente”, “malandro” que “dava rasteira em seus inimigos e os derrotava com facilidade”, incentivando-se até a vigência de um anedotário popular sobre Vargas. (REIS,2002 p. 40)

A figura presidencial foi difundida de outras maneiras, através da presença de seu rosto em todas as moedas em circulação, em bustos de bronze e fotografias presentes em quase todos os locais públicos. As festividades com a presença do presidente também propagandeavam a imagem do presidente. Estas realizadas sob a organização do DIP, não só propagandeavam o que foi citado, como também enalteciam o regime, e o bem que este fazia a nação. As principais festividades cívicas durante o Estado Novo foram o 19 de Abril, data de nascimento do presidente, e o 1º de Maio, que era a festa dos trabalhadores, essa representando a relação estável entre a classe trabalhadora e o Estado.

Na ideologia do Estado Novo, o trabalhador além do presidente, era o pilar de sustentação do país, era a pessoa que através do seu trabalho permitia o crescimento e o

---

<sup>6</sup> As expressões “pai dos pobres” e “mãe dos ricos” relacionam-se respectivamente com a política populista para as camadas mais populares da sociedade e com o estreitamento da relação entre o presidente e esses cidadãos e com os trabalhadores, e com o fato de que o mesmo não só atendeu a grande massa popular, mas também as classes mais altas da sociedade. Ou seja, o governante conseguia, ou pelo menos tentava agradar a todos.

desenvolvimento da nação. Através dessa imagem do trabalhador foi criado o que seria chamado de o “novo-homem” brasileiro, ou o “verdadeiro” cidadão. No regime havia a propagação da ideologia de que a vitória só poderia ser alcançada pelo trabalho.

O cidadão brasileiro durante o regime poderia ser representado de duas formas, que dependiam do fato deste ser trabalhador ou não. Isso era realizado através da definição de “cidadão” ou “pré-cidadão”.

[...] ser cidadão dependia de se pertencer à uma ocupação profissional regularizada, não se referindo à um código de valores políticos, em que ser um membro da comunidade era suficiente. Dessa forma, quem estivesse fora do mundo legal do trabalho seria considerado um “pré-cidadão”, desprovido dos direitos sociais e alçados a categoria de improdutivo, ocioso, quando não de vagabundo. (REIS, 2002, p. 52)

Essa questão do enaltecimento do trabalhador era retratada nas canções da época, que por causa da censura sempre passavam pela a avaliação do DIP antes de serem lançadas, ou até mesmo eram produzidas pelo departamento.

Como já foi mencionado neste capítulo, a comunicação social provida pelo Estado não foi algo direcionado somente as classes populares da sociedade, ela foi algo mais amplo que abrangeu todas as classes sociais. Era preciso difundir a ideologia nas grandes massas populares do país, para que esta fosse o maior apoio do governo. Mas também era preciso que a camada mais alta da sociedade, aqueles que eram mais críticos ao regime, aderissem a ideologia proposta, ou pelo menos aceitassem aquilo que os estava sendo proposto.

A promoção da cultura nacional por parte do DIP era dividida em duas vertentes. A primeira delas era veiculada as artes e a cultura “erudita”. Influenciada pelo modelo europeu, essa produção era de cunho “culto” e voltado para as classes dominantes. A outra vertente era voltada para as massas, e procurava ressaltar as manifestações da própria classe em questão, (GOULART, 1990). Em relação a vertente voltada para as massas, a ideologia a ser difundida através da cultura voltada para essa população provinha de ideias fundamentadas por intelectuais.

Deve-se ressaltar que o Departamento de Imprensa e Propaganda dentro de todas as suas divisões que já foram citadas, por mais que fosse um instrumento de coesão e persuasão do Estado, foi algo muito importante para o enriquecimento cultural e intelectual da população. Este através de seus inúmeros instrumentos e métodos conseguiu que todo o país

conhecesse a si mesmo, encurtando distâncias e fazendo com o povo brasileiro tivesse algo que ainda não havia sido realizado com tanto êxito.

#### **4. CINEMA E ESTADO NOVO: o uso da mídia cinematográfica pelo Estado como um meio de difundir sua ideologia**

4.1 ESTADO E CINEMA NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930: a relação entre Estado e cinema anteriormente ao Estado Novo

O cinema ainda na década de 1920 começava a ter importância como um meio de comunicação do país. Já nesse período era o segundo meio de comunicação mais importante no país – atrás somente da imprensa-, isso fez com que ele fosse defendido como um instrumento auxiliar do ensino no país. Na reforma do ensino de 1928 já fora incluído o cinema educativo por Fernando de Azevedo como um instrumento de pedagógico nas salas de aula.

Joaquim Canuto Mendes foi um dos maiores defensores do cinema educativo durante os anos 20, posteriormente viria a ter grande influência no meio durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. O mesmo em 1931 publicaria um livro “*Cinema contra Cinema*” em 1931, que defenderia a criação de um cinema educativo. O mesmo afirma que “o cinema deveria curar-se com próprio cinema, ou seja, às exibições proporcionadas pelo ‘cinema mercantil’, que neutralizava o trabalho dos agentes educadores deveria contrapor-se o cinema educativo”, (ALMEIDA apud CATELLI, 2012, p. 7).

Ainda na década de 20 começava a ser produzido um cinema que poderia ser visto como propaganda, mesmo que este não fosse realizado da mesma forma que viria a ser na década seguinte. Esse início pode ser visto em filmes realizados para Washington Luís, quando este ainda era governador de São Paulo, onde em suas imagens apareciam as atividades do governador, como inaugurações de obras e visitas a funcionários públicos.

Mas foi após a Revolução de 30 que o cinema começava a ganhar força tanto para a sua produção vinculada com o Estado, quanto com a sua produção independente. No início da década, os representantes da classe cinematográfica reivindicavam maior espaço para a produção e a exibição de filmes nacionais, já que os filmes estrangeiros ocupavam a maior parte das salas de exibição nos cinemas e tinham maior visibilidade com o público. Essa reivindicação virá de encontro com o início da políticas e dos ideias nacionalistas que começavam a ser implantados na época, e que viriam a se fortalecer no Estado Novo.

Ainda em seu primeiro governo, Getúlio Vargas passa a valorizar os instrumentos de difusão cultural, abrindo espaço para um novo relacionamento entre a política e o cinema. O Estado passava a regular a atividade cinematográfica e passou a atender as reivindicações da classe, isso pode ser visto no decreto 21.240/32.

Trata-se de uma medida de caráter sistêmico que constituiu a base de um padrão ideológico e político da relação Estado/sociedade. Seus artigos sintetizam conveniências de vários setores, tratando desde o cinema educativo até o cinema comercial, da censura até a estruturação de órgãos estatais. (SIMIS, 1996, p.93)

O decreto ainda centralizou os serviços de censura dos filmes cinematográficos, e considerou o cinema como um meio de diversão, mas também atentou ao fato de que este poderia ser um instrumento de difusão cultural no país. A Criação do DPDC foi prevista em um de seus artigos.

Em 1932 a produtora cinematográfica Carmem Santos, fez uma fala que representava como o cinema poderia ter apelo educativo e que este precisava levar ter em seu conteúdo mais cultura e sentimento nacionalista. Essa fala representa o que viria a ser essa mídia no Estado Novo.

O Brasil precisa dos filmes educativos para a instrução do seu povo. Além de estimular o patriotismo do povo, o cinema brasileiro tem ainda a vantagem de tornar o Brasil conhecido dos seus filhos de norte a sul, concorrendo assim para o fortalecimento da unidade nacional. (SANTOS apud ANJOS, 2012, p 7)

Ainda no mesmo ano do decreto de lei 21.240/32, em 1934, Getúlio Vargas fez um discurso à classe cinematográfica onde ressaltava o cinema e suas qualidades, podendo perceber o que viria a ser a mídia nos anos posteriores.

Sanear a terra, polir a inteligência e temperar o caráter do cidadão, adaptando-o às necessidades do seu *habitat*, é o primeiro dever do Estado. Ora, entre os mais úteis fatores de instrução, de que dispõe o Estado moderno, inscreve-se o cinema.

(...)

O cinema será assim, o livro de imagens luminosas, no qual as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, acrescentando a confiança nos destinos da Pátria. Para a massa dos analfabetos, será essa a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. Para letrados, para os responsáveis pelo êxito da nossa administração, será uma admirável escola. (BRASIL, 1934, p. 188)

Ainda no mesmo discurso, Vargas resalta que existe uma dispersão populacional, uma “não-nacionalidade”, a falta de união nacional entre as regiões brasileiras, e que o cinema poderia trazer isso que faltava a sociedade brasileira. Além disso existe também o início da propagação da ideologia do cidadão nacional, aquele com orgulho da nação.

#### 4.1.1 A criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo

Diante de todos os avanços da classe cinematográfica e da visão dos próprios governantes do país da incorporação do cinema como uma forma de educação para a

população, e através do início do uso do cinema como um instrumento de propaganda e até mesmo de educação na década anterior, foi criado em 1936 o Instituto Nacional de Cinema Educativo – INCE –. Este foi inspirado no Instituto Internacional de Cinematografia Italiano – Luce – do governo totalitário fascista de Benito Mussolini, e teria o papel de produzir filmes educativos para a população.

Foi no contexto de que o cinema poderia ser portador da ideologia nacionalista em que poderia difundir a cultura nacional no ensino por todo o país que o INCE foi criado por Edgard Roquette- Pinto. O instituto representava um projeto articulado para construir a identidade da nação. O mesmo foi o provedor dos principais meios de comunicação da época, além de idealizar e concretizar o cinema como educador e difusor da ideologia do Estado, também foi proveniente das ideias e dos esforços dele a popularização do rádio no Brasil na década de 20, e conseqüentemente a sua importância na comunicação social no país.

Roquette-Pinto via o cinema e o rádio como instrumentos de formação do trabalhador do campo e capaz de nacionalizar os habitantes do litoral. Para ele o cinema poderia chegar às pessoas não alfabetizadas podendo prover a elas intelecto e conhecimento que outros instrumentos não conseguiam realizar com tanto êxito. Essa visão caracteriza-se perfeitamente com a ideologia do Estado Novo da identidade nacional e da formação do “novo cidadão”.

Era papel da elite intelectual do país a construção da mensagem que viria a ser veiculada no cinema educativo. Este era extremamente voltado para as massas. Suas produções continham desde a mensagem ideológica do governo até práticas de saúde e higiene para a população, por isso esse se destaca como uma forma não só de beneficiar o Estado, mas também de beneficiar a população de certa forma.

#### 4.2 O CINEMA DURANTE O ESTADO NOVO: uma forma de comunicação com as massas, a atuação do Instituto Nacional de Cinema Educativo e do Departamento de Imprensa e Propaganda

Como já foi mencionado no segundo capítulo, o Departamento de Imprensa e Propaganda foi o grande articulador e responsável pela difusão da ideologia do Estado Novo com a população através dos seus diversos mecanismos e atribuições. Dentro de sua estrutura existia a Divisão de Cinema e Teatro – DCT – , e ele foi o responsável por produzir e

distribuir no Cinejornal Brasileiro. O último junto com o Instituto Nacional de Cinema Educativo foram os responsáveis pela propaganda ideológica no cinema brasileiro.

Por ser o órgão regulamentador de toda a comunicação social do país, o DIP articulava-se com o INCE através da sua atuação. O primeiro era quem controlava todas as práticas cinematográficas, e apesar de ser um órgão do Estado, o INCE precisava da aprovação deste para veicular suas produções.

Dentro do projeto de difusão da ideologia e conseqüentemente a obtenção do controle social por meio deste, o cinema e o rádio foram mídias estratégicas para o êxito deste. As duas mídias não necessitavam de um conhecimento prévio ou de uma maioria intelectual como era necessário com os livros, revistas e jornais. O fato da maioria da população ser analfabeta na época contribuía com esse modo de difusão ideológica. Em 1920 a porcentagem de população adulta analfabeta era de aproximadamente 65,2%, em 1940 essa população era de 56,4%.

O cinema, como uma nova tecnologia ligada ao processo científico das sociedades modernas, insere-se nesta concepção que define os meios de comunicação de massa capazes de irradiar cultura para a população, ainda em formação e deficiente culturalmente. Sendo assim, o cinema poderia representar um instrumento de mudança social, de modernização da sociedade, pelas vias da técnica e da ciência. (CATELLI, 2012, p. 8)

Na prática as mensagens ideológicas *estadonovistas* que eram difundidas no cinema eram o nacionalismo, a construção do “novo-cidadão”, a nova imagem do trabalhador brasileiro, a imagem do presidente, o pensamento da nação unida, e a representação de todas as classes da sociedade. Além disso, a produção cinematográfica do Estado exibia questões educativas – INCE –, e cotidianas da sociedade, como resultados de jogos esportivos, e coisas culturais brasileiras – Cinejornal Brasileiro –.

#### 4.2.1 A atuação do Instituto Nacional de Cinema Educativo no regime *estadonovista*

O INCE dedicava-se exclusivamente às produções educativas. Como já foi dito ele explorava conteúdos educativos, mas eles não se resumiam somente as questões escolares, seus filmes eram exibidos tanto em escolas, quanto em repartições públicas e em sindicatos. Por isso pode-se afirmar que a sua função foi além da formação daquele que estava na escola,

ela pode ser algo muito mais abrangente, que contemplava grande parte das camadas mais populares.

Durante o Estado Novo as suas produções mostravam o cidadão brasileiro, principalmente o trabalhador, o “novo-homem”. A exibição dessa imagem ideológica nas escolas tinha o intuito de fazer com que o jovem que estava se formando criasse em sua mente o ideal de que no futuro ele pudesse ser esse cidadão do qual a sua pátria teria orgulho. A mesma imagem quando exibida para trabalhadores teria o intuito de fazer com que estes apoiassem o regime, e se tornassem o trabalhador que o Estado idealizava como um bem para a nação.

As ideias de nacionalismo e de unificação nacional também eram transmitidas pelos filmes educativos. Estas eram difundidas a partir do orgulho a pátria e da propagação da cultura nacional como um todo. Além do mais, pode-se afirmar que os filmes do instituto tentavam elevar o nível de conhecimento da população sobre os bens intelectuais da nação, essa fato relaciona-se com o desejo do Estado Novo de elevar a capacidade intelectual da sua população. Um exemplo disso foi o curta “Um Apólogo”, baseado em uma obra de Machado de Assis, essa seria uma forma da população ter conhecimento da literatura nacional sem precisar saber ler. O mesmo vídeo também conta a história do escritor, isto caracteriza a propagação da cultura nacional.

O INCE foi extremamente ativo durante o Estado Novo, até 1941, ele havia editado aproximadamente 200 filmes e os exibido em diversos locais. Havia realizado exposições em mais de mil escolas e institutos culturais e havia organizado uma filmoteca. (SIMIS, 1996). Cabe ressaltar que dentro de todo o intuito educador e cultural dos filmes do órgão estatal em questão, havia a intenção da propagação da ideologia do Estado, através de uma mídia de poder massificador, popular, que atraía público e que tinha fácil compreensão.

#### 4.2.2 O Departamento de Imprensa e Propaganda na produção cinematográfica: a produção e veiculação do Cinejornal Brasileiro

O DIP foi o grande responsável pela produção cinematográfica nacional durante seus anos de atuação. Durante esta ele estimulou a produção de filmes nacionais, criou premiações para o mesmo, sugeriu redução de impostos federais para filmes educativos e de propaganda, e concedeu a veiculação para os mesmos. E principalmente incentivou a realização de filmes documentários que mostrassem a realidade brasileira, o cotidiano da

nação e as atividades do governo, principalmente a do presidente Getúlio Vargas. Essa prática foi veiculada para a população através do Cinejornal Brasileiro. Este foi uma competência da DCT do departamento, que em sua abrangência continha que esta devia instituir o cinejornal, com versões sonoras, filmado em todo o Brasil e com motivos nacionais e de reportagem para toda a população. (TOMAIM, 2006)

Era de obrigatoriedade de qualquer sala de cinema no país a exibição do Cinejornal Brasileiro anteriormente a qualquer produção, sendo ela nacional ou não. Conseqüentemente o cinejornal do DIP não alcançou só as classes mais populares, mas também a classe média e a classe alta dos centros, principalmente dos centros urbanos já que estas eram frequentadoras desses locais.

Como forma de abranger a população afastada dos grandes centros urbanos, principalmente a rural, o aparelho estatal levava os equipamentos necessários para a exibição das produções estatais nesses locais, as exibindo em locais públicos, que atraíam grande contingente populacional. Assim o Estado conseguiu com que a maioria da nação tivesse acesso ao cinema produzido por ele.

O Cinejornal Brasileiro expressava em seus filmes toda a produção do departamento. Ele traduzia em imagens a crônica da política nacional. Seu conteúdo sempre apresentava o presidente em ações cívicas, além de outros políticos de alto escalão do governo, mostrava as comemorações promovidas pelo Estado. E também mostrava o dia-a-dia da população. A credibilidade aparentada por essas imagens faziam com que este instrumento tivesse uma grande força persuasiva. Porém, tudo o que era exibido passava anteriormente por uma edição, desta forma nem tudo o que se via era a verdade.

A propaganda da nação una e acima de tudo na vida população era perfeitamente realizada nas produções do DIP. Todas as edições do Cinejornal eram iniciadas com a bandeira nacional, realizando então essa representação. Souza apud Simis, já havia destacado isso, “Agricultura, siderurgia, matas e cachoeiras, o Palácio do Catete e as forças de terra, mar e ar desenrolam-se sob os olhos do espectador, alternando-se cada uma destas partes dentro do todo da bandeira nacional” (1996, p.45).

Havia a necessidade de transparecer a imagem da nação uma, pois assim a população poderia interpretar e aceitar o Estado como o único porta-voz dessa, com o mesmo objetivo da unidade nacional a imagem do presidente foi exaustivamente utilizada no Cinejornal. Getúlio Vargas precisava ser visto como o “pai”, o “benfeitor” da nação para assim conseguir legitimar o seu poder pleno e centralizado. A propaganda em geral foi a grande responsável por essa imagem. Na tela a imagem de Vargas era sempre vinculada a obras realizadas pelo

governo, a visitas em locais públicos como escolas e repartições, e em eventos ligados ao povo. Com relações aos eventos, as manifestações cívicas no aniversário do governante e no Primeiro de Maio, também transmitidas por essa mídia.

O “pai” dos pobres pode fortalecer esse título através do cinema, pois diversas das suas imagens o mostravam com a população em geral, principalmente com os trabalhadores, demonstrando que ele também era um homem do povo, uma pessoa igual ao restante da nação, apesar das suas grandes atribuições como o grande regedor do país.

A população brasileira também foi muito retratada no cinejornal estatal. Eram mostradas imagens do cotidiano dos centros urbanos, assim como o do interior do país. Foi possível que toda a população tivesse a oportunidade de se “conhecer”, de saber o que acontecia em diferentes locais do território nacional. Era possível ver o “novo” trabalhador industrial, da mesma forma que era possível ver o trabalhador rural. Dentro da ótica do Estado Novo, isso foi de grande importância, pois possibilitou a integração entre os povos o que se encaixa na vertente ideológica de uma sociedade unida através da nação.

Deve-se ressaltar que o Cinejornal Brasileiro por ter sido de exibição diária, foi muito importante no âmbito da informação da população, extraindo as questões ideológicas e persuasivas do Estado. Um exemplo disso seria a exibição de imagens da Segunda Guerra Mundial, enquanto esta acontecia. Isso teve importância ainda maior quando o Brasil ingressou na guerra ao lado do bloco Aliado – Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e União Soviética –.

## 5. CONCLUSÃO

Diante de todos os fatos e assuntos abordados, pode-se afirmar que o aparelho estatal idealizado por Getúlio Vargas desde a Revolução de 1930, e que foi concretizado com a instauração do Estado Novo em 1937, foi algo eficiente quanto ao seu objetivo.

A ditadura *estadonovista* foi um período histórico marcante na história do Brasil, e é um tema estudado exaustivamente por diversas áreas, sempre com opiniões e olhares diversos sobre ele. Coube a esse trabalho de conclusão de curso abordar a relação do Estado com a sociedade a partir do controle social realizado sobre ela, e ressaltar o papel da propaganda ideológica em seu êxito. Apesar de a propaganda ter sido um dos instrumentos mais importantes do controle da sociedade para a legitimação e manutenção do regime, não se deve ser excludente em relação ao populismo realizado por Getúlio Vargas. As políticas públicas e a aproximação do presidente com a população foram instrumentos que juntos com a propaganda tiveram extrema importância no controle social.

Deve-se destacar a importância do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – dentro de toda a conjuntura da proposta política e ideológica do Estado Novo. Este foi o controlador e censor da comunicação social e parcialmente da opinião pública, foi o principal difusor da ideologia proposta e principal realizador da propaganda do Estado. A atuação do departamento não se limitou a uma só classe, ou a algumas classes sociais, mas foi abrangente em toda a sociedade, conseguindo difundir a ideologia *estadonovista* para todos de diferentes maneiras. Tão importante o órgão, que este acabou tendo *status* de “super-ministério”.

Em relação à produção cinematográfica, esta a partir do início da década de 30 passou a se relacionar diretamente com o Estado. Esse relacionamento no Estado Novo teve grande importância entre os meios de comunicação, pois junto com o rádio, o cinema não precisava de conhecimento prévio ou de maioria intelectual para que a mensagem contida nele fosse interceptada e compreendida pelo receptor. Isto fez com que o aparelho estatal desenvolvesse formas de comunicação através do cinema, para que na mensagem dos filmes tivessem a ideologia do Estado com o objetivo de ser diretamente cooptada pela população, principalmente para as grandes massas.

Através do Instituto Nacional de Cinema Educativo – INCE – e do Cinejornal Brasileiro produzido pelo DIP, o Estado conseguiu com que a população tivesse acesso a propaganda ideológica realizada por ele através do cinema. Cada meio cinematográfico tinha

seu objetivo e conteúdo específico, mas ambos conseguiram cumprir com o papel que lhes foram objetivados em suas criações.

## REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; COELHO, Hercídia Mara Facuri Coelho. **Política e Sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo, SP: Editora Annablume, 2002

ANJOS, Carlos Versiani dos. **Um novo olhar sobre o DIP: uma revolução na arte da propaganda e do marketing cultural**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/UM%20NOVO%20OLHAR%20SOBRE%20O%20DIP.pdf>> . Acesso em: 12 ago. 2012

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **O Brasil na década de 1940: Autoritarismo e democracia**. São Paulo, SP : Editora Ática, 1999. – (Série Princípios)

BRASIL, Presidência da República; Casa Civil; Secretaria de Administração; Diretoria de Gestão de Pessoas ;Coordenação – Geral de Documentação e Informação; Coordenação de Biblioteca. **O cinema nacional elemento de aproximação dos habitantes do país** (discurso pronunciado na manifestação promovida pelos cinematografistas em 25de Junho de 1934). Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1934/04.pdf/view>> . Acesso em: 25 jun. 2012

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Coleção Textos do tempo)

CATELLI, Rosana Elisa. **O Instituto Nacional de Cinema Educativo: o cinema como meio de comunicação e educação**. Disponível em:<<http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/artigos/b2d62f74fa61d243a02f4e4f8a3ce8c2.pdf>> . Acesso em : 15 jun. 2012

GARCIA, Nelson Jahr. **O que é propaganda ideológica**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1985. - (Coleção Primeiros Passos)

GOULART, Silvana. **SOB A VERDADE OFICIAL: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo, SP: Editora Marco Zero, 1990

REIS, José Roberto Franco. A sinfonia do Estado Novo: breves notas para um diálogo. In: **‘Não existem mais intermediários entre o governo e o povo’: correspondências a Getúlio Vargas- o mito e a versão (1937-1945)**. Tese (Doutorado em História)- Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Campinas, SP, 2002. p. 33-65

ROSA, Cristina de Souza. **O cinema Educativo através dos discursos de Mussolini e Vargas**. Disponível em: <<http://www.mnemocine.com.br/cinema/anpuh2005/anpuh2005i.htm>> . Acesso em: 18 nov. 2011

SIMIS, Anita. **Estado e cinema no Brasil**. São Paulo, SP: Editora Annablume, Fapesp, 1996.

TOMAIM, Cássio dos Santos. **“Janela da alma”: cinejornal e Estado Novo – fragmentos de um discurso totalitário**. São Paulo, SP: Editora Annablume, Fapesp, 2006.